ANALISE COMPARATIVA DA APLICAÇÃO DA PENA NO DIREITO HEBREU E NO DIREITO CONTEMPORANEO

Elisângela Cristina Lima da Silva¹
Natália Elvira Sperandio²
Erika Tayer Lasmar³

Resumo: O presente artigo traz uma breve referência da evolução que o direito penal processual viveu, sob as fortes influências que o decálogo exerceu sobre o direito contemporâneo, a forma com que confrontavam o homicídio, as sanções condenatórias aplicadas, as consequências resultantes de tais atos, e salientar como o sistema jurídico encarou as possíveis correlações que se assemelham e fundamentam as bases do direito penal contemporâneo. E por fim abrangendo a temática existente acerca das regras contidas no direito hebreu, entre os institutos que regem as leis brasileiras, deste modo abordando áreas de referências histórica no qual vão conduzir as relações sociais, sejam elas religiosas ou jurídicas. Assim como a evolução da sanção penal aplicada a Caim, de acordo com o velho testamento e a pena aplicada, pelo ordenamento jurídico de hoje, evidenciando que por mais que séculos tenham se passado o direito apenas se aprimorou, nunca perdendo sua essência.

Palavras-chave: Cristianismo; decálogo; homicídio; direito contemporâneo.

1 Considerações iniciais

O presente artigo tem por objetivo elucidar a cerca das regras compreendidas no direito bíblico e no ordenamento jurídico penal brasileiro, uma vez que o estudo abordara temas de conhecimento sociais, religiosos e jurídicos.

Portanto para a elaboração desta pesquisa, foi possível ressaltar um tema específico no qual contrastou as peculiaridades com que era tratado o homicídio e como tem sido sua aplicabilidade nos dias de hoje.

A pesquisa deste tema foi um tanto desafiadora, tanto pela escassez de bibliografia quanto pela abordagem, principalmente por basear-se em princípios religiosos, refletidos em um ordenamento jurídico de um país laico.

¹Graduanda do 9º período do Curso de Direito.

UNIPTAN – Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves.

²PHD em letras pela Universidade Federal de São João del-Rei e doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do IPTAN.

³Mestre em Direito em Constitucionalismo e Democracia pela Faculdade de Direito do Sul de Minas, graduada em Direito pelo Centro Universitário de Lavra e graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário de Belo Horizonte.

Contudo, foi possível a compreensão das diferenças e das semelhanças presentes entre a legislação hebraica e a legislação contemporânea, no qual se tornou fundamental para entendermos a história do direito.

A pretensão deste estudo era fazer um paralelo entre os preceitos bíblicos a respeito do homicídio e a visão do direito brasileiro contemporâneo, embora o Brasil seja um país laico ele sofreu influência em seu ordenamento jurídico e na aplicação da pena de homicídio.

Portanto para um melhor entendimento, o presente artigo foi desenvolvido em três capítulos, no qual o primeiro abordara o conceito de cristianismo e seu surgimento, o segundo abordara o homicídio mais eminente, e como os hebreus aplicavam suas penas, e o terceiro será a abordagem do homicídio no ordenamento jurídico atual e sua aplicabilidade.

Por fim explicara a repercussão que teve ao decorrer da história o ato cometido por Caim, e os danos que o mesmo acarretou, e que ainda persistem até hoje na sociedade, fazendo com que as leis penais sejam aplicadas com mais rigor por decorrência do crescimento da violência.

Assim sendo, evidenciando que por mais que já tenha passado séculos do ocorrido, houve apenas o aprimoramento do direito sem mudar sua essência.

2 Desenvolvimento

2.1 O que é o cristianismo

Para elaboração desta pesquisa buscou-se compreender e explicar a evolução pelo qual o ordenamento jurídico contemporâneo se sujeitou, e as medidas tomadas no decorrer da história bíblica realizando um comparativo entre a aplicação da sanção penal de acordo com o velho testamento e a aplicabilidade atual, procurando sempre averiguar o comportamento e as relações existentes.

No qual demonstrar a possibilidade e o surgimento das origens do direito hebreu, a correlação existente entre a aplicação das sanções penais ditadas por Deus e as adotadas pelo ordenamento jurídico atual, uma vez que o direito hebraico é descrito na Bíblia como um direito imutável, mais podendo ser adaptável à evolução social. Deste modo é possível mesmo com a evolução histórica vislumbra a influência exercida sobre o ordenamento jurídico depois de tanto tempo.

Portanto é possível dizer que os princípios norteadores do direito estão ancorados nos preceitos Bíblicos, no qual se percebe que por mais que a sociedade seja subordinada a uma lei física reformulada de tempos em tempos, seu fundamento vem das leis regidas por Deus. Deste modo podemos verificar que as histórias relatadas na Bíblia são bem mais que teorias ou contos, tornando-se capaz de explicar as origens constitucionais.

De acordo com Vesce (2006) por volta do ano de 2000 a.C existiu um povo monoteísta que acreditava que Deus era o senhor absoluto dos céus e da terra e criador de todas as coisas.

Essas sociedades eram chamadas de hebreus, que significava “povo do outro lado do rio” (CASONATTO, 2014, s.p), população de origem semita e nômade que viveu por cerca de 400 anos na terra do Egito, como escravo, e após sua libertação migrou para a Judéia onde estabeleceu sua fé em um único Deus que prometia um salvador para a redenção de seus pecados (CASONATTO, 2014).

Segundo Rosa (2009), após algum tempo e com a influência da religião judaica surgiu o cristianismo, religião abraâmica centralizada nos ensinamentos de Jesus de Nazaré, judeu nascido em Belém da Judéia, filho de Jose e Maria. José, homem íntegro, carpinteiro, e Maria, mulher honrada que foi capaz de gerar o Filho de Deus.

Jesus iniciou sua jornada de pregação aos 30 anos e o fez por 03 anos até sua morte por crucificação (BÍBLIA, Lucas, 3:23).

Conforme Rindlisbacher (2004), por muitos anos a religião Judaica, e o cristianismo coexistiram, sem problemas uma vez que os judeus tinham por filosofia o relacionamento e a aliança entre Deus e os filhos de Israel e os cristãos compartilhavam dessa ideia.

Posteriormente à morte e a ressurreição de Cristo, houve uma separação do judaísmo para com o cristianismo, pois os cristãos acreditavam que Jesus era o messias, que veio para salvar o mundo, enquanto os judeus acreditavam que Jesus era apenas um profeta, e que o verdadeiro messias ainda estava por vir; por essas divergências de pensamentos e que houve uma ruptura entre o judaísmo para com o cristianismo (CORREIO DO BRASIL, 2004).

A partir desse momento, ocorreu uma grande expansão do cristianismo e essa expansão foi fortemente combatida pelo império romano, nos anos 313 d.C.

por ser considerada uma religião pagã, ou seja, fora dos costumes pregados; mas com a ascensão do imperador Constantino ao poder ele reconheceu o cristianismo como religião lícita, fazendo com que a igreja católica passasse a exercer poder político (MACHADO, 2005).

Segundo Pitta (2009), mais tarde no ano de 392 d.C. o imperador Teodósio veio a declarar como religião oficial do império o cristianismo, e proibiu qualquer culto pagão realizado no reino.

A partir do ano de 1054 d.C. ocorreu a separação do catolicismo romano e da grega ortodoxa, motivada pela insatisfação dos preceitos pregados (HELLFELD, 2009).

Já no século XVI, o cristianismo ganhou ainda mais força com a revolta protestante da igreja anglicana, luterana e a reformada, no qual se revoltaram contra as doutrinas e práticas da igreja católica uma vez que se baseavam em leis como código de conduta a serem seguidos, mais os membros do clero não as respeitavam, aplicando, portanto as leis dos decálogos de forma exacerbada; assim como o homicídio, adultério, roubo, transcorria em segredo e não recebiam punição adequada (HELLFELD, 2009).

E por conta disso fortaleceu ainda mais a indignação protestante, fazendo com que se tornasse uma das maiores religiões professada no mundo (HELLFELD, 2009).

De acordo com C. Júnior (2011), por fim, efetuou-se uma divisão do cristianismo, sendo elas: os protestantes, os católicos, os adventistas, e os presbiterianos, que configuram ao todo com 2.100 bilhões de seguidores aproximadamente.

Contudo, o cristianismo na atualidade é considerada a religião com maior predominância no mundo e que indiretamente influenciou o direito contemporâneo (DANTAS, s.d).

2.2 O delito de homicídio e sua aplicabilidade de acordo com a lei Hebraica

A partir deste momento, analisaremos a ordenação do direito Hebreu, os procedimentos e a construção de uma lei penal processual, sendo que tais leis antes do decálogo não eram bem específicas, mas se caracterizavam mais como uma consciência moral; pois quando Deus criou Adão e Eva fixou em seu entendimento

os princípios morais de sua lei, não determinando exatamente quais seriam (VERDADE EM FOCO, s.d).

No capítulo 4, versículos 1-16, do livro de Gênesis é descrito a história de dois irmãos filhos de Adão e Eva que protagonizaram o primeiro homicídio relatado na Bíblia.

Diz a Bíblia que após a expulsão de Adão e Eva do paraíso, eles geraram a dois filhos, Caim e Abel, ambos tementes a Deus em tudo, e em agradecimento a Deus por toda dádiva que ele os concedia, era de costume os membros de a família praticar ofertas em sacrifícios a Deus, de toda primícias de suas rendas, como ovelhas de raça pura e sem defeitos, e as primícias da colheita (BÍBLIA, Gêneses, 4:1-16).

Em Gênesis (4:8), em um determinado momento ao oferecer os sacrifícios a Deus Caim ofereceu os restos de sua colheita e não as primícias, portanto não se agradando Deus de Caim, por outro lado, Abel ofereceu sua melhor ovelha, sem defeitos, que de imediato foi aceita por Deus. Tal fato causou uma inveja em Caim que de forma traiçoeira apunhalou seu irmão levando-o a óbito.

Como punição em Gênesis (4:10, 12-14) é descrito que Deus irou-se contra Caim, e o amaldiçoou, e em virtude disso Caim aceitando sua punição se tornou exilado de sua terra e de seus familiares.

Com esse relato, podemos verificar que a pena foi um tanto branda para os padrões da época, pois a mesma ocorreu antes das leis serem escritas nas tabuas dos dez mandamentos.

Após muitos anos e com a saída dos hebreus da terra do Egito, eles vagaram no deserto durante 40 anos e neste percurso Deus entregou a Moisés as tabuas, intituladas os dez mandamentos fazendo com que toda consciência moral, preceitos, estatutos se resultassem em leis, a qual o povo viesse a seguir (BÍBLIA, Deuteronômio, 8:2; Exôdo, 24:12).

Portanto, com as tabuas do decálogo foi possível a reprovação da prática de diversos crimes como: homicídio, roubo, falso testemunho, adultério, cobiça, a qualquer coisa que pertença ao próximo, havendo assim um desmembramento das leis hebraicas no qual partiu de uma seguinte organização: leis que versam sobre violência (homicídio), propriedades, crimes civis e religiosos (RIBEIRO, 2011).

Este estudo teve por objetivo abordar sobre o rol das leis de violência (homicídio), no qual foram descritas no livro de Êxodo (21: 12, 14, 28-29), da Bíblia sagrada, no qual foram impostas algumas regras de como o homicídio era responsabilizado criminalmente.

Demonstrando as diferenças e semelhanças existentes entre o direito hebreu e o direito contemporâneo em sua aplicabilidade.

12. Quem ferir alguém, de modo que este morra, certamente será morto.
14. Mas se alguém agir premeditadamente contra o seu próximo, matando-o à traição, tirá-lo-ás do meu altar, para que morra. 28. E se algum boi escornear homem ou mulher, que morra, o boi será apedrejado certamente, e a sua carne não se comerá; mas o dono do boi será absolvido. 29 Mas se o boi dantes era escornador, e o seu dono foi conhecedor disso, e não o guardou, matando homem ou mulher, o boi será apedrejado, e também o seu dono morrerá (BÍBLIA, Êxodo, 21: 12-14, 28-29).

Assim, os que desrespeitassem as leis dos dez mandamentos sofreriam sanções das normas penais e processuais. Normas um tanto arcaicas, pois as teorias eram escassas; contudo foi-se possível fazer valer dentro do ordenamento jurídico duas normas se conseguiram se estabelecer:

A primeira, que só poderiam condenar um indivíduo se houvesse oitiva das testemunhas, e mesmo assim com mais de uma testemunha, e a segunda falava-se sobre a apuração dos fatos antes do julgamento, com pena de um inocente ser condenado injustamente.

De acordo com Palma (2006, p.64):

As leis processuais entre os hebreus eram raras. Como se vê, neste campo, os orientais achava ser mais conveniente improvisar, do que estabelecer um rol de procedimentos jurídicos rígidos a serem por eles fielmente seguidos. A razão para tanto é muito simples. Devemos convir que nossas atuais preocupações com as regras e os ritos processuais são devidas ao legado romano. Para os judeus, contudo, os procedimentos não se constituíam na questão mais importante.

Em Deuteronômio (25: 1-3), o processo de execução era entendido como um ato de ressarcimento, que a vítima ou seus familiares, receberiam do condenado, no qual poderia ser aplicado; pena de queixa, eliminação, apedrejamento, 40 açoites e execução na frente do juiz em casos de crimes dolosos.

O banimento era utilizado geralmente em casos de homicídios culposos, caso um tanto controverso, uma vez que a pena aplicada a Caim foi à de exílio e de acordo com os relatos da Bíblia ele agiu de forma dolosa, premeditando a morte de seu irmão Abel (BÍBLIA, Gênesis, 4:14).

Durante o processo de aplicação das penas a parte poderia contestar, tentando provar sua inocência, o que é um tanto improvável, mais caso conseguisse o indivíduo era posto em liberdade e todas as acusações eram retiradas, mas caso o juiz o considerasse culpado, ele aplicaria a pena de imediato, e em alguns casos em praça pública, para que servisse de exemplo para os demais (RIBEIRO, 2011).

De acordo com Deuteronômio (01: 16-17), antes de sua morte Moises certificou-se que haveria juízes capacitados para litigarem as demandas do povo, fazendo com que houvesse uma maior organização dos processos penais.

No livro de Deuteronômio (17: 8-13), Moises instituiu um modelo de tribunal, de corte no qual em toda cidade com mais de 120 famílias poderia haver apreciação dos litígios a partir de um júri preestabelecido no qual os levitas, juízes e sacerdotes estabeleceriam a pena.

2.3 O homicídio visto pelo ordenamento jurídico atual

Como explicado anteriormente, o primeiro homicídio relatado na Bíblia que ocorreu no meio do povo hebreu foi entre Caim e Abel, no qual por inveja de Abel por ter apresentado a Deus uma oferta perfeita, Caim apunhalou seu irmão que veio a morrer (BÍBLIA, Gênesis, 4:1-16).

É possível verificar que essa punição foi um tanto moderada, uma vez que Caim cometeu um crime contra uma pessoa de seu próprio sangue. Analisando, desta forma, a gravidade do ato praticado por Caim, foi impiedosa, sendo que Deus havia criado o mundo para que os homens vivessem em paz e felizes, a ao cometer esse homicídio, Caim tornou-se o precursor de todo sofrimento humano, com tudo por falta de leis específicas sobre o assunto Caim acabou sendo exilado da terra de seus pais (BÍBLIA, Gênesis, 4:8).

Analisando o ordenamento jurídico contemporâneo, com base nos relatos deste homicídio, a aplicabilidade desta pena seria um tanto mais severa nos dias de hoje, pois o crime de acordo com a Bíblia foi cometido mediante a emboscada motivado pela inveja (BÍBLIA, Gênesis, 4:16).

Caim deveria ter sido responsabilizado pelo crime de homicídio duplamente qualificado, tanto pelo motivo fútil, como pela emboscada; de acordo com o artigo 121 §2º inciso II IV CP, e pelo fato de Abel ser seu irmão só incide em agravante artigo 61 inciso II, alínea a, c, e, CP sendo que este agravante aumentaria a pena em 1/6.

Segundo Greco (2006), para um melhor entendimento quanto à aplicação da pena e possível dizer que, antes da fixação da sanção o juiz percorre por alguns critérios, estes chamados de sistema trifásico de fixação de pena.

Ao fazer a apreciação do caso concreto, o juiz terá que passar por três fases, a primeira, que será a fixação da pena base, a segunda, apurará as atenuantes e as agravantes, e a terceira aplicará as causas de aumento ou diminuição da pena, fazendo, portanto a adoção do art. 33 do CP que dirá qual o regime inicial será utilizado, na aplicação da pena podendo ser o aberto, semiaberto, ou fechado.

Decreto de Lei nº 2,848 de 07 de dezembro de 1940 diz: “art.33 CP- a pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade transferência a regime fechado”.

Assim, como diz Greco (2006) a utilização do sistema trifásico possibilitará a Fixação da pena a Caim partir das circunstâncias judiciais descritas no artigo 59 CP que são: (i) culpabilidade: descrita como a caracterização da conduta típica e ilícita praticada pelo agente; (ii) antecedentes: que diz respeito ao histórico criminal do agente; (iii) e conduta social: será interpretada pelo comportamento que o agente tem perante a sociedade.

De acordo com Moura (2006) a personalidade do agente é definido pelas características individuais de cada ser humano, justamente o que vai determinar ou influenciar o comportamento do agente: (i) motivos: são as razões que levaram o agente a cometer a infração penal; (ii) circunstâncias: são os elementos que poderão acarretar um aumento ou uma diminuição da pena base; (iii) consequências do Crime: são dados importantes a serem relevados pelo julgador a fim de averiguar os danos causados pelo fato ocorrido; (iv) e comportamento da Vítima: e a contribuição que a vítima poderia ou não ter efetuado para a ocorrência do crime (GRECO, 2006).

De acordo com Aníbal (1984) *apud* Mello (2013, p. 17), para que ocorra a aplicabilidade da sanção o juiz deverá estabelecer a pena base, levando em conta as circunstâncias judiciais descritas no artigo 59 do CP, e essas circunstâncias deverão ser analisadas de forma fundamentada.

E, por fim, a partir das circunstâncias citadas fixará a pena base entre 12 a 30 anos limite mínimo e máximo para crimes de homicídio qualificado (Decreto-Lei 2.848/40, art. 121, §2º).

Em seguida, o juiz analisará circunstâncias legais que levem a ter a presença de atenuantes ou agravantes de acordo com os artigos 61, 62, 65 do CP, se caso houver cabe o juiz aplicá-las sobre a pena base, não podendo ficar abaixo ou acima do mínimo legal.

Portanto a última fase caberá ao juiz verificar se há presença de causas especiais que poderão gerar diminuição ou aumento de pena. Uma vez efetivada a pena o juiz estabeleceria o regime inicial ao qual o condenado cumprira. .

Decreto de Lei nº 2,848 de 07 de dezembro de 1940: “art. 68 CP - A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento”.

Caim por ter cometido um homicídio doloso duplamente qualificado terá a pena base de 12 a 30 anos tendo em vista que no artigo 59 CP descreve 08 circunstâncias judiciais, que poderá acrescentar ou poderá permanecer do mesmo jeito a sanção, que no qual será representado por 1/8 entre a pena mínima e a máxima.

Segundo Rachid (2011), entre a pena mínima e a máxima há um intervalo de 18 anos, ou seja, (216 meses) no qual resultará (216 dividido por 08) sendo representado pelo 1/8 do intervalo, será igual há 27 meses; então para cada circunstância judicial desfavorável aumentará 27 meses em cima da pena base.

- Quanto à culpabilidade para Caim e desfavorável uma vez que ele agiu com dolo, ou seja, ele tinha intenção de matar seu irmão.
- Aos Antecedentes, são neutros, pois a Bíblia não menciona algum comportamento incorreto por parte de Caim anterior ao homicídio.

- A Conduta social e neutra, pois se elucidou que Caim mantinha um bom relacionamento com seu irmão e familiares até antes ao fato.
- Personalidade e neutra já que para análise do caso e necessário a competência de um profissional qualificado para tal fato, uma vez que o juiz não tem essa qualificação, sendo também impossível de aferir por se tratar de uma história Bíblica.
- Motivo do crime e um tanto desfavorável, levando em conta que o motivo foi fútil, por simples vontade de saciar sua vingança, por estar com ciúmes de Abel.
- Circunstancias também são desfavoráveis levando em conta que o fato de Caim agir de forma a emboscar Abel, e pelo fato de serem irmãos;
- Consequência do crime e desfavorável, e já esta embutida no tipo penal afinal a vítima pagou com sua própria vida;
- Comportamento da vítima e neutro uma vez que Abel se dava bem com seu irmão, não havendo motivo para tal ato bárbaro.

Por consequência, de cada fato jurídico a pena de 27 meses será acrescida a pena base mínima de 12 anos, portanto: 12 anos pena base + 108 meses que é (27 meses x 04) 108 meses = 9 anos.

Logo, a pena de Caim será de 21 anos e como não houve atenuante e o agravante já estava imputado nas circunstancias do art. 59 CP fixará, portanto essa pena.

Já a competência pertence ao tribunal do júri popular com direito a ampla defesa e ao contraditório, de acordo com o art. 5º XXXVIII e LV da CF.

Segundo Longo *et. al* (2002), Caim iniciará o cumprimento de sua pena em regime fechado, em razão de sua condenação ultrapassar a 08 anos e por se tratar de um crime duplamente qualificado. Ele poderá ter regressão de pena para semiaberto quando cumprir 2/5 de sua condenação, mediante comportamento adequado.

Conforme Longo *et. al* (2002), durante esse período Caim poderá trabalhar para que ocorra a diminuição da pena, portanto cada 03 dias trabalhados terá 01 dia de redução de sua pena.

Após 2/3 da pena cumprida Caim conseguirá sair em liberdade condicional aonde poderá voltar a exercer seus direitos civis uma vez que os mesmos estão suspensos (DIREITONET, 2017).

E como relatado ao decorrer o prazo de 05 anos da extinção da punibilidade sem ter cometido nenhum crime posterior ele será considerado reabilitado e terá o direito a voltar à condição de primário (DIREITONET, 2017).

Desta forma a importância das Leis Hebraicas aponta uma incisiva influência sob a fonte histórica do direito assim como diz: Radbruch (1992) *apud* Berinstain (1992, p.118), “nós os criminólogos teremos que ler o evangelho e teremos que estudar religião, como os teólogos devem ler livros de criminologia e estudos do direito penal”.

3 Considerações finais

Foi-se compreendido com o presente artigo que houve extensa evolução da aplicação do direito penal, processual hebreu para o direito atual. Desde os primórdios foi possível evidenciar as regras existentes a serem seguidas, onde conduziam a sociedade, e que as regem até hoje.

Em todo contexto Hebraico foi iminente a visualização do rigor com que eram tratadas as pessoas que descumpriam a lei, assim como a aplicabilidade das penas e as correções aplicadas, ou seja, todos os meios processuais disponíveis da época. Desse modo realizou-se um paralelo entre o primeiro homicídio relatado na Bíblia e o código penal processual contemporâneo.

Analisou-se também a forma com que Caim cometeu o crime e as consequências sofridas e, dentro do âmbito jurídico atual, a correção que Caim receberia possibilitando, portanto, verificar a influência que o direito penal contemporâneo sofreu do decálogo desde sua concepção, à formação das ideias, até a moral de um povo, mostrando que, embora o direito seja imutável, ele pode se adaptar à evolução social.

Desse modo, reiterando a análise citada, a punição aplicada a Caim em primeiro momento de acordo com o velho testamento foi um tanto moderada, uma vez que Caim cometeu um crime duplamente qualificado e recebeu como punição apenas o exílio.

A gravidade dos atos de Caim reflete até hoje no ordenamento jurídico, pois foi a partir deste feito que se instituiu as leis referentes ao homicídio, antes de todo esse evento, Deus havia preparado a terra para que os homens vivessem em paz e felizes, e Caim sendo o precursor do primeiro homicídio, acabou trazendo sofrimento a raça humana, pois a cada dia que passa a violência cresce de sobremaneira, fazendo com que se aplique com mais rigor as leis penais processuais.

Assim sendo é correto afirmar que houve evolução entre a sanção aplicada a Caim no velho testamento, e a pena aplicada hoje em dia, ficando evidente que por mais que já se tenha passado séculos, ocorreu apenas o aprimoramento do direito, sem mudar sua essência.

Referências

BERISTAIN, Antônio Empina. Crime e castigo: cristo diante da justiça penal atual. In: FRAGOSO, Heleno. **Ciência e política criminal**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: Novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2ª ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 19 set. 2017.

CASONATTO, Odalberto Domingos. Porque os Israelistas eram chamados de Hebreus e Judeus? **aBíblia.org**. Disponível em: <<http://www.abiblia.org/ver.php?id=7911>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

C. JÚNIOR, Joás S. **As divisões do cristianismo**. 2011. Disponível em: <<https://religiosidadeprotestante.wordpress.com/author/religiosidadeprotestante/page/2/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

CORREIO DO BRASIL. **Especial Religião Cristianismo**: origens e separação do Judaísmo. 2004. Disponível em: <<https://www.correiodobrasil.com.br/especial-religiaocristianismo-origens-e-separacao-do-judaismo/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

DANTAS. Tiago. Cristianismo. **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/religiao/cristianismo.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

DIREITONET. Aplicação da pena. 2017. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/resumos/exibir/386/Aplicacao-da-pena>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: Parte geral. 6ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

HELLFELD, Matthias Von. **Cristianismo tornou-se religião de Estado do Império Romano em 380 d.C.** Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/cristianismo-tornou-se-religi%C3%A3o-de-estado-do-imp%C3%A9rio-romano-em-380-dc/a-4224599>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

LONGO, Ronaldo do Rosário, *et. al.* **Código Penal Brasileiro**. 35ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MACHADO, Fernanda. Cristianismo: Religião passou de perseguida a oficial no Império Romano. **Uol**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/cristianismo-religiao-passou-de-perseguida-a-oficial-no-imperio-romano.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

MELLO, Eduardo Queiroz de. **Apostila de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MOURA, Teles Ney. **Direito Penal**. São Paulo: Led, 1996.

PALMA, Rodrigo Freitas. **O julgamento de Jesus Cristo**: aspectos históricos jurídicos. Curitiba: Juruá, 2006.

PITTA, Valter. O fascinante universo da história. 2009. Disponível em: <<http://imperialroma.blogspot.com.br/2009/11/teodosio-i.html>>. Acesso em: 18 set. 2017.

RACHID, Patrícia. **Roteiro para cálculo de pena privativa de liberdade**. Disponível em: <<http://patriciarachid.blogspot.com.br/2011/05/roteiro-para-calculo-de-pena-privativa.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.

RIBEIRO, Roberto Victor Pereira. Direito Hebraico. **JurisWay**. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6345>. Acesso em: 31 ago. 2017.

ROSA, Rogério Antônio. **O Cristianismo**. 2009. Disponível em: <<http://rogerioantoniorosa.blogspot.com.br/search?q=o+cristianismo>>. Acesso em: 18 set. 2017.

VERDADE EM FOCO. **A lei do Sinai**. Disponível em: <<http://verdadeemfoco.com.br/estudo.php?id=37>>. Acesso em: 13 set. 2017.

VESCE, Gabriela E. Possolli. Hebreus. **InfoEscola**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/hebreus/>>. Acesso em: 18 set. 2017.